# **Demonstrações Financeiras**

Rincão São Miguel Energética S.A.

31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Tarumă Office Rua 7 de Setembro, 1600 13° andar - Salas 1302 e 1303 - Centro 89010-204 - Blumenau - SC - Brasil

Tel: +55 47 2111-0700 Fax: +55 47 2111-0719 ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Rincão São Miguel Energética S.A.** São Martinho da Serra (RS)

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rincão São Miguel Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Recuperação do ativo imobilizado - fase pré-operacional

Conforme divulgado na nota explicativa da demonstração financeira, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e tem realizado investimentos relevantes na construção de sua barragem e usina. Como consequência, a Companhia necessita de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção de sua planta e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) verificamos a evolução física das obras, bem como das autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas em certas etapas da obra, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivode apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 28 de março de 2024.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S.S. Ltda.

CRC-SC-000048/F

Cleverson Luís Lescowicz Contador CRC-SC-027535/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	73	3.199
Tributos a recuperar		112	54
Total do ativo circulante		185	3.253
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		1.432	1.432
Imobilizado	6	232.341	180.732
Intangível		204	204
Total do ativo não circulante		233.977	182.368
Total do ativo		234.162	185.621
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	6.527	9.580
Fornecedores	8	1.318	5.444
Obrigações sociais e trabalhistas		32	27
Tributos a recolher		17	268
Total do passivo circulante		7.894	15.319
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	54.199	54.335
Partes relacionadas	5	166.794	109.361
Provisão para gastos ambientais	9	272	
Total do passivo não circulante		221.265	163.696
Patrimônio líquido	11		
Capital social		2.277	2.277
Reservas de capital		5.770	5.770
Prejuízos acumulados		(1.441)	(2.502)
Prejuízos do exercício		(1.603)	1.061
Total do patrimônio líquido		5.003	6.606
Total do passivo		234.162	185.621

# **Demonstração do resultado** Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	12	-	2.101
Custo do serviço prestado	13		
Resultado bruto		-	2.101
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(1.541)	(922)
Outras receitas/despesas		15	
		(1.526)	(922)
Resultado antes do resultado financeiro		(1.526)	1.179
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		111	344
Despesas financeiras		(162)	(134)
		(51)	210
Resultado antes dos impostos		(1.577)	1.389
IRPJ/CSLL corrente		(26)	(328)
Lucro/Prejuízo do exercício		(1.603)	1.061
Lucro/Prejuízo do exercício		(1.603)	1.061
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(62,21)	41,18

# **Demonstração do resultado abrangente** Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo do exercício	(1.603)	1.061
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	
Total dos resultados abrangentes	(1.603)	1.061

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.277	5.770	(2.502)	5.545
Lucro do exercício	-	-	1.061	1.061
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.277	5.770	(1.441)	6.606
Prejuízo do exercício	-	-	(1.603)	(1.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.277	5.770	(3.044)	5.003

# **Demonstração dos fluxos de caixa** Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	(1.577)	1.389
Depreciação	256	137
Baixas do imobilizado	4.537	-
Provisão de contingências	272	-
Redução (aumento) em:		
Tributos a recuperar	(58)	6
Partes relacionadas	41.291	50.073
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	(4.126)	2.569
Obrigações sociais e trabalhistas	5	11
Tributos a recolher	(277)	(134)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.322	54.051
Aquisição de ativo imobilizado	(40.259)	(51.262)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(40.259)	(51.262)
Atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos	(3.189)	(2.992)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(3.189)	(2.992)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.126)	(203)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.199	3.402
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	73	3.199
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	(3.126)	(203)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

A Rincão São Miguel Energética S.A. ("São Miguel" ou Companhia"), com sede em São Martinho da Serra na Estrada dos Albinos, s/n, no bairro São Miguel – Estado do Rio Grande do Sul é uma sociedade por ações constituída em 07 de julho de 2006. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 3.889, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 9.750 kW e potência líquida de 9.603 kW e tem previsão para o início das operações no primeiro semestre de 2024.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade de investimento na infraestrutura operacional na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua, proporcionalmente à sua participação acionária.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

#### 2.2. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicofuturos resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.3. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

#### 2.5. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

#### 2.6. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (I) Suprimento de energia: a receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
  - (a) Suprimento de energia ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que foi iniciado a partir de janeiro de 2022; e
  - (b) Suprimento de energia ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022.
- (II) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

#### 2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado "lucro presumido regime de competência". As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### 2.9. Custo das debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

#### Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-Continuação

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

# 2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 1--Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

#### 2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

#### Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	-	20
Aplicações financeiras	73	3.179
	73	3.199

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### 5. Partes relacionadas

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. Os saldos de mútuos passivos passaram a ser atualizados pelo IPCA + 4% a.a. Estes juros foram capitalizados no ativo imobilizado. Os saldos estão assim apresentados:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Rincão dos Albinos Energética S.A.	20	20
Guassupi Participações S.A.	166.775	109.341
	166.795	109.361

#### 31/12/2023

	Saldo inicial	Juros	Adição	Saldo Final
Mútuos partes relacionadas	109.361	16.143	41.291	166.795
	109.361	16.143	41.291	166.795

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 6. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução n° 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Taxa média anual de		
	depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Custo de aquisição			
Terrenos		8.018	8.018
Imobilizado em curso		221.068	165.828
Adiantamentos a fornecedores		3.256	7.023
		232.342	180.869
Depreciação acumulada			
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%		(137)
			(137)
Total do imobilizado		232.342	180.732

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

## 6. Imobilizado--Continuação

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Valor de juros capitalizados no exercício de 2023 foi de R\$ 16.143. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

#### Movimentações no ativo imobilizado em 2023

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição						
Terrenos		8.018	-	-	-	8.018
Imobilizado em curso		165.828	55.240	-	-	221.068
Adiantamentos a fornecedores		7.023	1.163	-	(4.930)	3.256
		180.869	56.403		(4.930)	232.342
Depreciação acumulada						
	2,5 % a					
Máquinas e equipamentos	16,66%	(137)	-	(256)	393	-
		(137)	-	(256)	393	-
Total do imobilizado		180.732	56.403	(256)	(4.537)	232.342

Em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados juros de mútuos no montante de R\$ 16.143, e juros de debentures de R\$6.456, esses valores totalizam R\$22.559 e compõem o total de adição do ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

## 6. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2022

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Custo de aquisição	_				
Terrenos		8.018	-		8.018
Imobilizado em curso		106.457	59.371		165.828
Adiantamentos a					
fornecedores		8.377	(1.354)		7.023
		122.852	58.017		180.869
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%		-	(137)	(137)
		-	-	(137)	(137)
Total do imobilizado		122.852	58.017	(137)	180.732

Em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados juros no montante de R\$ 6.755, e compõe o total de adição do ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 7. Debêntures

Em 12 de dezembro de 2019 foi assinada a Escritura de Emissão de Debêntures entre a Companhia e a instituição bancária Itaú Unibanco S.A., com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 48 milhões, com taxa indexada à taxa IPCA + spread de 5,0128 % e prazo de 17 anos, sendo dois anos e meio de carência. A emissão ocorreu em 26 de dezembro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de junho de 2022, em 31 parcelas, com vencimento final em 15 de junho de 2037. O Agente Fiduciário nomeado é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures captadas são para construção da PCH e possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

		31/12/2023	31/12/2022
Debêntures Itaú S.A.	IPCA + 5,0128% a.a.	60.726 60.726	63.915 63.915
Circulante		6.527	9.580
Não circulante		54.199	54.335

### Mapa de movimentação de debêntures

A seguir demonstramos a movimentação em 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	60.152
Juros imobilizado	6.755
Pagamentos	(2.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.915
Pagamentos	(3.189)
Juros, atualização e custos de captação	6.456
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.726

#### Cronograma de amortização da dívida

Ano	31/12/2023
2025	3.851
2026	4.327
A partir de 2027	46.021
	54.199

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

## 7. Debêntures--Continuação

Obrigações da Companhia ("covenants")

A Companhia obrigasse a observar determinadas cláusulas de restrição "covenants" constantes dos contratos de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais da Companhia contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

 Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da "Geração de Caixa da Atividade no PRef" dividido pelo "Serviço da Dívida no PRef".

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu todas as obrigações ("covenants") relacionados aos contratos de debêntures.

#### 8. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

31/12/2023	31/12/2022
1.318	5.444
1.318	5.444
	1.318

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 9. Provisão para gastos ambientais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para gastos ambientais	272	
	272	

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2023. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

## 10. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía valor em processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

## 11. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.277 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.277 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por um total de 25.765 de ações (25.765 ações em 31 de dezembro de 2022).

#### b) Resultado acumulado

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteado pelos artigos 201 a 203 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

#### c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício de 2023 a Companhia não auferiu lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

## 12. Receitas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta  Agenciamento na venda de energia		2.181
	-	2.181
Deduções da receita		
PIS e COFINS sobre vendas		(80)
	-	(80)
Receita operacional líquida		2.101

## 13. Despesas administrativas e gerais

A seguir demonstramos a despesa por natureza nas datas dos balanços:

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos por função		
Despesas administrativas e gerais	(1.541)	(922)
	(1.541)	(922)
Gastos por natureza		, ,
Serviços de terceiros	(147)	(137)
Depreciação	(256)	(137)
Despesas com pessoal	(306)	(255)
Honorários contábeis	(35)	(35)
Assessoria jurídica	(114)	(124)
Viagens e estadias	(99)	(73)
Internet e telefone	(91)	(57)
Taxas e cartórios	(170)	(82)
Contingências	(272)	-
Seguros	(1)	(1)
Outras despesas	(50)	(21)
	(1.541)	(922)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 14. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	95	337
Descontos obtidos	16	7
	111	344
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(162)	(134)
	(162)	(134)
Resultado financeiro	(51)	210

## 15. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	73	3.199
Fornecedores	1.318	5.444
Partes relacionadas - passiva	166.795	109.361
Empréstimos e financiamentos	60.726	63.915

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia.

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

### 15. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

- (a) Risco de crédito: o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.
  - Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.
- (b) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração.
- (c) <u>Risco de descontratação:</u> A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.
- (d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidas junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- (e) <u>Risco de regulação:</u> as atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.
- (f) Gerenciamento de capital: a Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

## 15. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### (f) Gerenciamento de capital--Continuação

A dívida líquida da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	60.726	63.915
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	73	3.199
Dívida líquida	60.653	60.716
Total do patrimônio líquido	5.003	6.606
Dívida líquida e patrimônio líquido	65.656	67.322
Quociente de alavancagem	92%	90%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

## 16. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

## 17. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros de empréstimos capitalizados ao imobilizado	22.599	6.755
Provisão para gastos ambientais	272	-